



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

CONTRATO Nº: 39/2024

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

CONTRATADO: RGR ENGENHARIA DE SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE REBOBINAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO E SELO MECÂNICO EM MOTORES, BOMBAS E CONJUNTO MOTOBOMBAS PARA MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

PREÇO: R\$ 532.307,24 (QUINHENTOS E TRINTA E DOIS MIL TREZENTOS E SETE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 21/10/2024 - ENCERRANDO-SE EM 21/10/2025

LICITAÇÃO: TIPO MENOR PREÇO POR ÍTEM

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES.

Entre o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO** do Município de Manhuaçu-MG, autarquia municipal criada pela Lei nº 1.517 de 28 de janeiro de 1987 com sede à Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro bom Jardim, inscrito no CNPJ nº 22.050.561/0001-38, adiante designada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Diretor em exercício, Márcio José Bahia, no uso de sua atribuição legal, e a empresa RGR engenharia de serviços Ltda, sob CNPJ nº 54.823.333/0001-40, com sede na rua Matipó, nº 20, bairro: Fonte Grande - Contagem – MG, CEP:32015-510, neste ato representada por Lucio Martins Rodrigues , CPF:050.804.036-16, tendo em vista o Processo nº47/2024, pregão eletrônico nº 24/2024, homologado em 11/10/2024, fica justo e contratado sob o regime da Lei Federal nº Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços especializados e continuados de rebobinamento, substituição de rolamento e selo mecânico em motores, bombas e conjunto motobombas para manutenção dos mesmos.

1.1. Conforme especificações técnicas descritas no TR e constante na proposta comercial.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Edital da Licitação e seus anexos;

1.2.2. A Proposta da contratada;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
00001	SERV	20	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	684,49	13.689,80
00002	SERV	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	633,15	6.331,60
00003	SERV	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE	949,99	9.499,90



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

			COBRE)		
00004	SERV	15	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 12,5 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	1.169,99	17.549,85
00005	SERV	15	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 15 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	1.135,42	17.031,30
00006	SERV	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	2.149,99	21.499,90
00007	SERV	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 30 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	3.389,99	33.899,90
00008	SERV	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	707,21	7.072,10
00009	SERV	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	3.999,99	39.999,90
00010	SERV	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 60 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	5.499,00	54.990,00
00011	SERV	15	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	898,99	13.484,85
00012	SERV	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 25 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	3.008,10	30.081,00
00013	SERV	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	647,99	6.479,90
00014	SERV	7	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 3600 RPM, 1,5 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	470,99	3.296,93
00015	SERV	5	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 2 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	494,99	2.474,95
00016	SERV	9	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 75 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	6.349,99	57.149,91
00017	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 2 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	169,99	1.699,90
00018	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 30 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	457,50	4.575,00
00019	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	180,99	1.809,90



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

00020	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR MONOFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 0,75 CV, 127V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	129,99	1.299,90
00021	SERV	20	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 60CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENT	859,99	17.199,80
00022	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1,4 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	154,99	1.549,90
00023	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	659,99	9.899,85
00024	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	209,99	3.149,85
00025	SERV	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 0,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	158,49	792,45
00026	SERV	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 0,75 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	129,99	649,95
00027	SERV	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	109,99	549,95
00028	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	123,99	1.239,90
00029	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	254,69	3.820,35
00030	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 12,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	267,99	4.019,85
00031	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 15 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	289,99	4.349,85
00032	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	282,99	4.244,85
00033	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 3 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	139,99	1.399,90
00034	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2,4 OU 6 PÓLOS, 3600 RPM, 25 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	449,99	4.499,90
00035	SERV	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 1CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	124,99	624,95
00036	SERV	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO	127,33	636,65

José



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

			EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 2 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO		
00037	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 75 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	1.099,99	16.499,85
00038	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	859,99	12.899,85
00039	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM BOMBA , 4 PÓLOS, 1800 RPM, 75 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DE GAXETA.	2.352,00	23.520,00
00040	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM BOMBA , 4 PÓLOS, 1800 RPM, 60 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DE GAXETA.	882,99	13.244,85
00041	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	281,62	2.816,20
00042	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	249,99	3.749,85
00043	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	249,62	2.496,20
00044	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	284,99	4.274,85
00045	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	283,71	2.837,10
00046	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	289,99	2.899,90
00047	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2,4 OU 6 PÓLOS, 25 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	458,99	6.884,85
00048	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	401,21	4.012,20
00049	SERV	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA MONOFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 0,75 CV, 127V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	293,71	1.468,60
00050	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 12,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	299,99	2.999,90



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

00051	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 0,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	314,95	3.149,50
00052	SERV	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 1,4 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	308,71	1.543,60
00053	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 15 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	294,99	4.424,85
00054	SERV	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 30 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	289,99	4.349,85
00055	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	313,70	3.137,00
00056	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 2 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	313,71	3.137,20
00057	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 4 POLOS, 1800 RPM, 2CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	313,71	3.137,20
00058	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 POLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	349,99	3.499,90
00059	SERV	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 POLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	278,00	2.780,00
Valor total do lote				R\$ 532.307,24	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados a partir de 21/10/2024, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que tratam estes itens (lotes) estão condicionadas ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitidos a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições, constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Fica designado como fiscal e gestor desta contratação os servidores abaixo relacionados:

3.2.1. **GESTOR DE CONTRATO: Monick Horsts Souza Dutra** E-mail de contato: contratos.saae@outlook.com. Telefone de contato: (33) 3339-3666.

3.2.2. **FISCAL DE CONTRATO: Joanas Portilho e Gabriel Augusto Miranda de Freitas.** E-mail de contato: engenharia@saaemanhuacu.com.br. Telefone de contato: (33) 3339-3650.

3.3. Compete ao gestor do contrato acima identificado o exercício de atividades gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas a gestão dos contratos, conforme decreto nº 34 de 27 de março de 2023 e Portaria nº 34 de 18 de dezembro de 2023.

3.4. Compete ao fiscal do contrato acima identificado exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, conforme decreto nº 34 de 27 de março de 2023 e Portaria nº 34 de 18 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 532.307,24 (Quinhentos e trinta e dois mil trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto/serviço, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após conferência e aceite pela Seção Responsável, mediante apresentação da Nota Fiscal demonstrando a quantidade total do serviço com os respectivos preços unitários.

6.2. O pagamento referente a prestação de serviço licitado será feito através de depósito bancário.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

6.3. Sendo constatada qualquer falha na Nota Fiscal Eletrônica, o prazo para o respectivo pagamento correrá da data em que for substituída pela correta.

6.4. O contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

6.5. O valor correspondente a Nota Fiscal vencida e não paga pelo SAAE, na forma prevista, sofrerá a incidência de multa de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitando a sua aplicação ao valor total desta, exceto se o atraso for causado por erro do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

7.1. Os órgãos da administração direta e indireta do Município, bem como suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações.

7.2. A obrigação de retenção do IR alcançará os contratos vigentes e as relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e pelas entidades, ressalvadas as exceções previstas na legislação.

7.3. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir notas fiscais, faturas ou recibos em consonância às disposições contidas na IN RFB n. 1.234/2012.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, INPC OU IGP, o que for mais vantajoso para o SAAE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por ADITAMENTO.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Processo de Contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Processo de Contratação Direta ou a execução do contrato;

IX - Fraudar o Processo de Contratação Direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Processo de Contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência;

II- Multa

✓ compensatória e



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

✓ de mora.

III- Impedimento de licitar e contratar e

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

11.5. Para efeito deste termo, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.

11.6. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I – Descumprimento de pequena relevância;

II – Inexecução parcial de obrigação contratual.

11.6.1. Para os fins deste contrato, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

11.7. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I -0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

11.7.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

11.7.2. Considera-se inexecução total do contrato:

I - Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e
II - Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

11.7.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

I - Será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

II - A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeira, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - Preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

11.7.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

I - Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - Pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou

III - judicialmente

11.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

II - Dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

11.9. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.9.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 11.9, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.10. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

11.11. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

11.11.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 11.11 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

11.11.2. O disposto no subitem 11.11 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.12. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

- I – A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

11.12.1. São circunstâncias agravantes:

- I - A prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- II - O conluio entre fornecedores para a prática da infração;
- III - A apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- IV - A reincidência.
- V - A prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto neste edital.

11.12.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

11.12.1.2. Para efeito de reincidência:

- I - Considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
- II - Não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
- III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

11.12.2. São circunstâncias atenuantes:

- I - A primariedade;
- II - Procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- III - Reparar o dano antes do julgamento;
- IV - Confessar a autoria da infração.

11.12.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

11.13. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

11.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam -se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 17.512.6002.6018 – Manutenção do Departamento de Operações - Elemento de Despesa: 33.90.39 – outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica – Ficha: 117.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990- Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger -se -ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Manhuaçu/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, renunciando a qualquer outro.

Manhuaçu/MG, 15 de outubro de 2024

MARCIO JOSE
BAHIA:9916818
9672

Assinado de forma digital
por MARCIO JOSE
BAHIA:99168189672
Dados: 2024.10.15 16:03:18
-03'00'

Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Márcio José Bahia
Diretor do SAAE
Contratante

RGR ENGENHARIA
DE SERVICOS
LTDA:548233330
00140

Assinado de forma digital
por RGR ENGENHARIA DE
SERVICOS
LTDA:54823333000140
Dados: 2024.10.16
13:51:52 -03'00'

RGR engenharia de serviços Ltda
Lucio Martins Rodrigues
CPF: 050.804.036-16
Contratada

Testemunha da Contratante

Ass: João
Nome: João dos Santos
CPF: 072.959.127-11

Testemunha da Contratada

Ass: _____
Nome: _____
CPF: _____



Documento assinado digitalmente
VICTOR AUGUSTO RESENDE RIBEIRO
Data: 16/10/2024 13:48:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

14de 15



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG